

OBJETIVO – Emissão de parecer à revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete e respetivo relatório ambiental.

REQUERENTE - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

1. INTRODUÇÃO

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do solicitou parecer à revisão do Plano Diretor Municipal de Alcochete (PDMA) e respetivo relatório ambiental (RA).

De acordo com o documento intitulado “1ª Revisão do PDM de Alcochete - Estudos de Caracterização”, a Câmara Municipal de Alcochete deliberou, em 22 de dezembro de 1999, que se iniciasse ao seu processo de revisão, tendo como base os seguintes fundamentos:

- “1. Desajustamento do Plano com as perspetivas atuais do município, em face da rápida evolução do enquadramento regional resultante das novas acessibilidades;
2. Existência de desequilíbrio entre as áreas destinadas à habitação e as atividades económicas, o que poderá conferir ao concelho um papel de dormitório da AML;
3. Deficiente regulamentação dos usos não agrícolas em espaços rurais;
4. Necessidade de redimensionar os valores definidos para as cedências destinadas a espaços verdes e equipamentos;
5. Necessidade de reequacionar os índices urbanísticos definidos para os espaços urbanos e urbanizáveis, que tendencialmente deverão ser reduzidos, bem como eventuais ajustamentos a alguns perímetros urbanos;
6. Promover a conformidade com o Plano Regional de Ordenamento do Território da AML, em particular no que respeita a medidas de defesa e promoção ambiental, bem como ao objetivo de transformar Alcochete em área de excelência para a fixação de atividades turísticas, lúdicas e de lazer;
7. Promover a articulação do Plano com a evolução dos conceitos de ordenamento refletivos nos novos regimes jurídicos dos planos e da urbanização/edificação.”

2. ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO

O Concelho de Alcochete é um dos 18 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML), situado a Sul do Rio Tejo, na Península de Setúbal, com uma superfície total de cerca de 128,4 km² e é constituído por 3 freguesias: Alcochete, Samouco e São Francisco. Os seus 17.569 habitantes (2011) distribuem-se pelas freguesias de forma bastante heterogénea – Alcochete concentrava cerca de 69,7% da população residente, Samouco albergava 17,9% e S. Francisco 12,4% dos residentes do concelho. A sua localização é apresentada no documento intitulado “Estudos de Caracterização”, datado de julho de 2021.

Figura 1: O concelho de Alcochete na AML



Fonte: NRV/PROT

No centro urbano do concelho (em 2011 residia na vila cerca de 60,7% da população total do concelho), na rede urbana destacam-se os aglomerados de Samouco e São Francisco. As restantes povoações constituem núcleos ainda com características rurais, muitos deles com origem em antigos Montes agrícolas, apresentado uma dimensão populacional pouco expressiva, embora se note em alguns deles uma crescente tendência de consolidação de dinâmicas territoriais (por exemplo em Fonte da Senhora ou no Passil).

Relativamente ao clima, o EC considerou os estudos efetuados no âmbito do Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, Volume I - Definição do cenário base de adaptação para a AML (AML, 2018). “No Plano referido, o concelho de Alcochete insere-se na Unidade Morfoclimática da AML designada por Vales do Tejo e do Sado, e que no geral se caracteriza por:

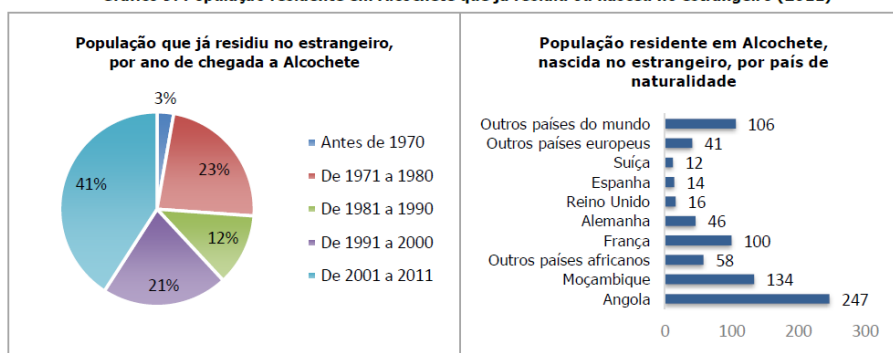
- Áreas de planícies dos vales do Tejo e do Sado;
- Verão quente (T média mês mais quente $\geq 22^{\circ}\text{C}$) com frequência relativamente elevada de dias de verão (mais de 110 dias/ano, em média) e de dias muito quentes (6/ano, em média);
- Inverno moderado (T mínima mês mais frio entre 6 e 7°C);
- Precipitação anual reduzida, inferior a 650 mm e dias chuvosos pouco frequentes (cerca de 80 dias/ano).

Segundo o EC, o concelho de Alcochete desenvolve-se na sua totalidade sobre uma das maiores e mais importantes massas de água subterrânea de Portugal – a Bacia do Tejo Sado/Margem Esquerda do Tejo. O concelho de Alcochete abrange cerca de 1.86% da área total desta massa de água subterrânea.

“A importância desta massa de água subterrânea reflete-se no significativo número de captações de água que se destinam aos mais diversos consumos, com particular destaque para o abastecimento público do concelho de Alcochete. De acordo com o INSAAR, em 2007, em 6 captações de água subterrânea instaladas nesta massa de água subterrânea foram captados nesse ano cerca de 1,74hm³ para assegurar o consumo humano de 2.256 habitantes.” De acordo, com a Caracterização Hidrogeológica do concelho e segundo o Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH) estão inventariadas 72 captações de água subterrânea no concelho de Alcochete, das quais 83% estão localizadas na freguesia de Alcochete e 11% na freguesia do Samouco.

O EC refere que em 2011, dos 17.569 indivíduos residentes em Alcochete contavam-se 2523 que já residiram no estrangeiro. A grande maioria é proveniente da Europa (1191 residentes), mas também de África (633 residentes) e da América (486 residentes) e da Ásia e Oceânia (os restantes 213 residentes). Da Europa, são provenientes principalmente de França (28%), Alemanha (16%), Espanha (10%), Reino Unido (10%) e Roménia (10%).

Gráfico 9: População residente em Alcochete que já residiu ou nasceu no estrangeiro (2011)



Fonte: INE, IP – Portugal, Censos 2011

Segundo o EC, dados de 2017, dão conta da existência de 835 estrangeiros no concelho de Alcochete, com estatuto de residência válido, que representam 4,3% da população (% aferida com os dados estimados de população residente: 19 285 residentes). As nacionalidades dominantes da população estrangeira de Alcochete são a romena (39%), a brasileira (21%) e a ucraniana (8%).

Segundo o EC é fundamental, a inclusão de medidas no âmbito de todos os instrumentos de gestão territorial, incluindo o presente PDM, em articulação com a legislação em vigor, que possam facilitar e/ou mitigar as dificuldades da população com mobilidade reduzida.

No ponto 5.4 do EC, são apresentadas as Considerações Finais no Quadro Síntese que consta na figura seguinte.

ALCOCHETE NO CONTEXTO DA AML	- Alcochete é o concelho mais pequeno da AML em termos de dimensão demográfica; - A AML aumentou o seu volume populacional em 6% entre 2001 e 2011; - Alcochete foi um dos concelhos que mais cresceu em termos relativos; - Estima-se que entre 2001 e 2017, o município de Alcochete continue a verificar um dos maiores ritmos de crescimento da AML, apesar de estimar uma importante desaceleração;
CURVA DEMOGRÁFICA E VOLUME POPULACIONAL ATUAL	17.569 habitantes, em 2011 e 19.285, em 2017 (estimativas) fruto de uma evolução em crescendo desde 1991; - Entre 1991 e 2011, a população de Alcochete aumentou 73%; - As 3 freguesias registaram crescimento demográfico: São Francisco (94%), Alcochete (35%), Samouco (12%);
DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DA POPULAÇÃO	- Forte polarização da freguesia de Alcochete que concentra 70% da população do concelho; - Pressão humana sobre o território muito desigual: a densidade populacional média do concelho era de 137 hab./km², em 2011 (e será de 150 hab./km², em 2017); a freguesia de Samouco (658 hab./km²), São Francisco (526 hab./km²) e Alcochete (103 hab./km²).
EVOLUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS	- As famílias aumentaram 39% e a dimensão média das famílias recuou ligeiramente (2,6 pessoas/família em 2011); - As famílias numerosas (mais de 6 pessoas) reduziram ligeiramente (-17%) e as famílias mais pequenas (1 ou 2 pessoas) aumentaram 68% e 34%, respetivamente.
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	- Alcochete duplamente mais jovem que a AML (> % de jovens e < % de idosos) - Maior proporção de jovens (19%) do que de idosos (14%), em 2011; - Índices-resumo das estruturas demográficas mais favoráveis a Alcochete do que à AML, em 2011 (IDT de 50%, IE de 76%, IJ de 131%); - Se forem confirmadas as estimativas provisórias da população residente (2011/2017), estará a verificar-se uma evolução gradual no sentido do duplo envelhecimento;
COMPONENTES DO CRESCIMENTO: CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO	- A taxa de natalidade de Alcochete a recuar (12,3‰, em 2011 e 9,5‰, em 2017), em linha com a AML; a taxa de mortalidade também tem diminuído (8,6‰, em 2011 e 7,2‰ em 2017), embora se encontre abaixo da verificada pela AML; - A taxa de mortalidade tem sido inferior à de natalidade, daí que o saldo natural se mantenha positivo; - O saldo natural positivo, conjuntamente com o saldo migratório que se tem mantido positivo, justificam o crescimento demográfico estimado entre 2011 e 2017, à imagem do que
	tem acontecido no passado recente;
POPULAÇÃO ESTRANGEIRA	- Em 2011, contavam-se 774 indivíduos residentes em Alcochete que nasceram no estrangeiro, sendo maioritariamente provenientes de Angola (32%), Moçambique (17%) e França (13%); - Em 2011, existiam 2523 indivíduos que já residiram no estrangeiro; destes, 41% chegaram a Alcochete entre 2001 e 2011; - Em 2017, existiam 835 indivíduos de nacionalidade estrangeira, detentores de um título de residência válido e as nacionalidades dominantes eram: 39% de romenos, 21% de brasileiros e 8% de ucranianos.
POPULAÇÃO COM DIFICULDADES DE MOBILIDADE	- Cerca de 7% da população (com mais de 5 anos) tem muita dificuldade em "andar ou subir escadas" (1083 indivíduos) e 0,7% não o conseguem fazer (121 indivíduos); - Também 7,2% da população (1184 indivíduos) tem muitas dificuldades visuais e 45 pessoas são invisuais; - As dificuldades de mobilidade estão associadas ao envelhecimento.
EMPREGO E OCUPAÇÃO DOS ATIVOS	- Em 2011, a população distribuía-se em função da sua situação perante a atividade económica: 52% de ativos (taxa de atividade), 29% de inativos (reformados, domésticas, incapacitados, estudantes) e os restantes 19% eram a população jovem (até 14 anos); esta distribuição era mais favorável do que a da AML; - Em 2011, 78% da população estava empregada no setor terciário, 19%, no secundário e 3% no primário, numa estruturação fortemente terciarizada, em linha com a AML;
POPULAÇÃO POR GRUPOS DE PROFISSÕES	- População empregada em 2011 distribuía-se por: Especialistas das atividades intelectuais e científicas (19%), Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (18%) e Técnicos de profissões de nível intermédio (15%). - Evolução 2001/2011 muito positiva: aumentaram as profissões mais exigentes em conhecimentos e qualificações elevadas, em detrimento das profissões menos exigentes. - Distribuição estrutural da população empregada muito aproximada da verificada pela AML.
DESEMPREGO E PERFIL DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA	- Em 2011, a taxa de desemprego era de 12,1% (idêntica à da AML e era maior a taxa masculina do que a feminina), contudo, tem vindo a decrescer o n.º de desempregados (2011/19), sendo que passaram de 1099 para 463, em 3/ 2019; % aproximada de homens e mulheres, a maioria procurava novo emprego, 70% dos desempregados tinha mais de 35 anos, mais de metade possuía escolaridade inferior ao 3º CEB, menos de metade dos desempregados procura emprego há mais de 1 ano);
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Alcochete fez um percurso muito favorável ao nível da instrução da população; em 2011 apresentava uma escolaridade em termos globais muito semelhante à da AML, (com destaque para 1/5 com ensino superior) e uma taxa de analfabetismo de 3,9% (3,2% da AML);
MOBILIDADE GEOGRÁFICA E COMPLEMENTARIDADES REGIONAIS	- Desde 1991, o grau de integração de Alcochete com a AML tem sido crescente, quando avaliado do ponto de vista das deslocações pendulares casa/trabalho ou estudo; - As principais ligações estabelecem-se com os concelhos de Lisboa e Montijo, tanto ao nível das entradas como das saídas diárias (em e de Alcochete); - O saldo pendular de Alcochete é negativo desde 1991 embora tenha recuado, em 2011, relativamente a 2001;
ESTRUTURA ECONOMICA E EMPRESARIAL	- Um Sector primário residual mas de fundamental importância socioeconómica e ambiental - Sector secundário relativamente estável - Sector terciário em crescimento sobretudo ao nível das empresas de armazenagem, transporte e logística. - O sector do turismo em crescimento

No ponto 8-Habituação, é referido no EC que a questão habitacional é um dos principais fatores que levam à transformação do território, daí a importância da sua integração na caracterização de qualquer território.

“As condições de habitabilidade são um importante indicador de análise da qualidade de vida de uma população e podem ser avaliadas, genericamente, através dos seguintes indicadores: dotação de infraestruturas básicas, instalações existentes nos alojamentos, tipo de ocupação e índices de lotação. (...)”

No âmbito do serviço de infraestruturas (eletricidade, abastecimento de água e saneamento básico) os alojamentos familiares de residência habitual estavam já bastante dotados em 2001. Em 2011, apenas 17 alojamentos não possuíam água canalizada e 26 não possuíam esgotos.”

No que concerne às infraestruturas urbanas, no ponto 11 do EC, consta que um dos principais objetivos do desenvolvimento sustentável consiste na melhoria da qualidade de vida das populações e das condições ambientais, o que resulta, em grande medida, do grau de dotação dos aglomerados urbanos em infraestruturas básicas, nomeadamente, de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais, de recolha e tratamento de resíduos sólidos, rede elétrica e telecomunicações e gasistas. “Em termos de infraestruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais embora se tenham corrigido algumas das principais fragilidades identificadas, em grande medida decorrentes do aumento populacional, ainda persistem algumas das debilidades identificadas na época no sector nascente do concelho.

Na sequência do diagnóstico efetuado estabeleceram-se, à data, as seguintes linhas estratégicas de desenvolvimento e ordenamento:

- Projetar turisticamente o concelho com base no Estuário do Tejo e da Zona da charneca;
- Requalificar e reforçar o sector industrial e de serviços;
- Proteger e valorizar a atividade agrícola e pecuária;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente;
- Valorizar a vila de Alcochete;
- Reforçar e requalificar os aglomerados do Samouco e S. Francisco;
- Conservar e valorizar os ecossistemas, os recursos naturais e a paisagem rural;
- Melhorar a acessibilidade.”

No ponto 12-Riscos e Proteção civil do EC foram apresentados os perigos naturais, os perigos tecnológicos e os perigos ambientais para o concelho de Alcochete.

3. RELATÓRIO AMBIENTAL – PROPOSTA DE REVISÃO DO PDMA

O Relatório Ambiental (RA) da Proposta de Revisão do PDMA, visa dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

“A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos, Programas e Políticas tem sido um requisito obrigatório em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio), que transpõe os requisitos legais europeus da Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho (que prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente) e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio (que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente).

A aplicação da AAE aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), como é o caso da revisão do PDM de Alcochete, encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.”

De acordo com o RA, a 1.ª Revisão do PDMA, a Estratégia assenta em:

- Dois pilares, sobre os quais se ancora e projeta a Visão;
- Três ambições, sobre os quais de estrutura e organiza a Estratégia;
- Seis operações estruturantes, que concretizam e realizam o Alcochete 2030.

Os Eixos Estratégicos apresentados no RA são os seguintes:

- 1 – Alcochete espaço de vivência residencial singular e distintivo;
- 2 – Alcochete espaço de localização, iniciativa e inovação empresarial.

Esses eixos estratégicos englobam por sua vez, as seguintes operações estruturantes (OP):

- OP-01: Regeneração e requalificação da frente urbana ribeirinha de Alcochete;
 OP-02: Qualificação paisagística, ambiental e urbanística dos aglomerados urbanos;
 OP-03: Valorização e conservação do património natural, da produção agrícola e dos recursos florestais;
 OP-04: Localização, iniciativa e inovação empresarial;
 OP-05: Conetividade e mobilidade;
 OP-06: Rede de Governança e governabilidade.

No Quadro 4 do RA, constam os Fatores Críticos para a Decisão (FCD).

FCD	Descrição/Pertinência
1. Valorização dos Sistemas Naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas, como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado.
2. Atração e Fixação Humana	Habitação, equipamentos e mobilidade como fatores de atratividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial.
3. Identidade Cultural e Dinâmica Económica	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.
4. Riscos, Energia e Alterações Climáticas.	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.

No Quadro 3, o RA apresenta as Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD

Fatores Críticos para a Decisão	Fatores Ambientais
Valorização de sistemas naturais	Água Solo Biodiversidade Fauna Flora Paisagem
Atração e fixação humana	População Saúde humana Bens materiais Atmosfera Água Solo
Identidade cultural e dinâmica económica	Água Bens materiais Património cultural População Paisagem Solo
Energia e alterações climáticas	População Bens materiais Saúde humana Água Fatores climáticos Atmosfera

O Quadro 8 do RA estabelece a relação entre os critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Crítérios de Avaliação	Indicadores
FCD 1. Valorização de sistemas naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado	Valorização dos sistemas húmidos - Avaliação da capacidade de valorização económica dos sistemas húmidos numa lógica supra-municipal e como fator potenciador de conservação e recuperação ecológica.	Variação da percentagem de ocupação do território municipal, designadamente área edificada/ impermeabilizada, por zonas húmidas e áreas classificadas Nº de iniciativas de dinamização económica e/ou de gestão ativa Evolução das atividades económicas do sector primário nas zonas húmidas
		Valorização dos sistemas naturais não húmidos – Avaliação do potencial de valorização económica dos sistemas naturais não-húmidos como fator potenciador de conservação e recuperação do património natural, incluindo a biodiversidade e as valências paisagísticas.	Variação do nº e área de atividades agrícolas e florestais com elevado interesse ambiental Evolução e diversificação da exploração de novos nichos de mercado Evolução das rotas turísticas em torno de valores naturais e paisagísticos Iniciativas municipais de proteção e recuperação da biodiversidade e Paisagem e sua eficácia
		Serviços dos ecossistemas – Avaliação da capacidade de oferta de serviços dos ecossistemas, tendo em conta os limiares de alteração aceitável e numa lógica de coordenação e articulação multi-usos.	Evolução dos principais serviços dos ecossistemas e seu aproveitamento.
FCD 2. Atração e fixação humana	Habitação, equipamentos e mobilidade como factores de atractividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial	Habitação – Avaliação das funções residenciais do concelho tendo em conta a relação entre a dinâmica do sector imobiliário, as tendências demográficas e a qualidade da oferta habitacional.	Relação Territorial com AUGI/ construções clandestinas/ áreas degradadas Variação dos Fogos vagos/ocupados Número de fogos por perímetro urbano/ população residente Evolução de ocupação fora dos perímetros urbanos Procura de habitação por tipologia
			Evolução da Capacitação das Infraestruturas, equipamentos urbanos e serviços de proximidade (incluir atividades sócio-culturais e lúdicas) Evolução da área afeta aos espaços públicos
			Evolução da extensão da rede pedonal e da rede de ciclovias Evolução do sistema de TP (oferta e procura) e estímulo à transferência modal TI- TP Modo de transporte utilizado pelos residentes nas deslocações pendulares
			Evolução da qualidade do ar, ruído e água (superficial e subterrânea) Vulnerabilidade a riscos sísmicos e tecnológicos Fontes de poluição e taxa de investimento na recuperação dos passivos ambientais
		Vivência urbana e serviços de proximidade – Avaliação da oferta e acesso aos equipamentos e serviços de proximidade numa lógica de atratividade territorial e vivência urbana.	
		Mobilidade – Avaliação das condições territoriais de promoção da mobilidade suave e do acesso e atratividade do sistema de transportes coletivos.	
		Qualidade do ambiente municipal - Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano e rural, nomeadamente ao nível do	

FCD	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Critérios de Avaliação	Indicadores
		saneamento, gestão de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído bem como da prevenção dos riscos tecnológicos.	Variação da população servida por sistema de abastecimento, sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU
FCD 3. Valores Naturais e Património Cultural	Promoção de atividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural.	Atividades económicas valorizadoras da identidade municipal - Avaliação do potencial de dinamização de atividades económicas que suportem a identidade municipal do concelho.	Variação do número de empreendimentos/capacidade de alojamento de TER
			Evolução das atividades associadas à identidade territorial
			Incentivos municipais à preservação da identidade municipal
		Pólos de empregabilidade - Avaliação da capacidade de atração de novos investimentos e da capacidade de diferenciação do tecido económico do concelho como fatores estruturantes de empregabilidade.	Variação da taxa de atração e repulsão
			Variação do emprego por CAE
			Constituição e dissolução de sociedades
		Manutenção e valorização do património cultural – Avaliação do potencial de valorização do património material e imaterial e dinamização cultural.	Variação das atividades associadas à I&D
			Património imóvel classificado e em vias de classificação
			Variação do número de associações culturais por tipo e nº de associados
			Mecanismos de salvaguarda e promoção do património histórico-cultural associados a atividades tradicionais
FCD 4. Energia e alterações climáticas	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na atividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas.	Eficiência energética nos transportes, edificação e atividades económicas – Avaliação do potencial de promoção da eficiência energética, incluindo o sector público.	Variação do consumo de energia elétrica por sector de atividade, em edifícios e iluminação públicos e por habitante
			Programas/medidas municipais previstas na área da eficiência energética
		Aproveitamento de FER – Avaliação do potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável.	Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh)
			Iniciativas municipais para a promoção de FER
		Adaptação e mitigação às alterações climáticas – Avaliação dos padrões de evolução das emissões de GEE e da vulnerabilidade territorial a fenómenos meteorológicos extremos, tendo em conta os mecanismos de adaptação às alterações climáticas.	Emissões de CO2e por sector de atividade emissora
			Iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas
			Área florestal com potencial de sequestro de carbono
			Evolução das áreas urbanas inundáveis

O RA apresenta no ponto 7 as medidas de planeamento e gestão para cada FCD.

No que concerne à governança para a ação no Quadro 15 são identificadas as entidades e entidades com responsabilidades.

4. PARECER SANITÁRIO

Este serviço considera de todo o interessa a consulta do documento da Direcção-Geral da Saúde “Fichas Técnicas sobre Habitação e Saúde” de 2009, disponível no sítio desta Direcção-Geral <https://www.dgs.pt/saude-ambiental/programas-e-projectos/habitacao-e-saude.aspx>.

4.1 RELATÓRIO AMBIENTAL

Este Serviço, depois de analisados os documentos presentes ao processo relativo ao **relatório ambiental**, é de **parecer favorável condicionado** ao cumprimento do Parecer Sanitário n.º 61-11.PO/ES (Anexo a este parecer), relativamente aos FCD, critérios de avaliação definidos e respetivos indicadores.

Consideramos que seria de incluir no Quadro 15 – Quadros de governança a ARSLVT como entidades de Administração Central e Regional e outras Entidades.

4.2 PDMA

No que diz respeito à proposta de revisão **PDMA**, este Serviço, depois de analisados os documentos presentes ao processo (que não incluía o regulamento) é de **parecer favorável condicionado** aos seguintes aspetos:

4.2.1 Água Destinada ao Consumo Humano

- Proteção das captações de água destinada ao consumo humano, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 702/2009, de 6 de julho, devendo a delimitação dos seus perímetros de proteção estar de acordo com o disposto no artigo 37.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro.
- Desativação das captações de águas subterrâneas seja feita de acordo com o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- Obrigatoriedade de todos os consumidores se ligarem ligação à rede pública, nas condições indicadas no número 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.
- Medidas a serem adotadas para a implementação de origens alternativas ao abastecimento público, em caso de catástrofes.

4.2.2 Águas Residuais

- Medidas a adotar para fiscalização da construção de adequadas fossas sépticas seguidas de elementos absorventes (a escolher de acordo com a geologia do terreno), não permitindo as habituais fossas rotas.

4.2.3 RESÍDUOS URBANOS

- Medidas a adotar na gestão dos resíduos, tendo em conta os princípios da reutilização e valorização.
- Medidas a adotar para garantir a higiene dos locais e contentores de deposição dos resíduos.

4.2.4 Ruído

- Elaboração de um plano municipal de redução de ruído, integrante peça integrado do PDMA, com medidas de redução e prazos de execução, nos locais identificados com ultrapassagem dos valores limite para os indicadores regulamentares;
- Priorização de intervenção nas áreas de conflito identificadas na planta de ordenamento 1.6 com valores de incumprimento superiores a 5 dB(A), nomeadamente com a interdição do licenciamento de novos edifícios habitacionais;
- Medidas a adotar para acautelar a ocupação dos solos em função das cartas de ruído.

4.2.5 Eliminação de Barreiras Arquitetónicas

Medidas a adotar para cumprimento do preceituado no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, no que se refere à eliminação de barreiras arquitetónicas na via pública (incluindo parques de estacionamento públicos).

4.2.6 Espaços Públicos

A OMS indica que o habitat humano (habitação e o seu ambiente envolvente) pode contribuir fortemente como fator protetor e promotor da saúde, da segurança e do bem-estar individual e coletivo. Pelo que, a habitação, o urbanismo e suas envolventes não devem ser perspetivados apenas na vertente da arquitetura, da engenharia e da construção, mas, também, numa vertente alargada e sistémica de promoção da saúde e bem-estar dos indivíduos e populações. Assim, para diminuir o stress, que em

excesso pode ser um fator promotor de doença, é essencial que sejam desenvolvidos em todas as localidades (tendo em atenção a Ficha Técnica 2.3 - “Planeamento urbano, qualidade de vida e saúde” da Direcção-Geral da Saúde):

- a) Parque(s) urbano(s) que inclua(m) equipamentos lúdicos e recreativos adaptados aos diferentes grupos etários.
- b) Espaços verdes (de lazer, propícios à atividade física e que reduzam as ilhas de calor), em que as espécies arbóreas a plantar devem acautelar não serem causadoras de alergias e serem autóctones ou compatíveis com a flora portuguesa regional.
- c) Espaços de jogo e recreio para os diferentes estratos etários. Estes espaços seguros devem possibilitar que as crianças os explorem sem receio, desenvolvendo as suas capacidades psicomotoras (não esquecer que o desenvolvimento motor nos primeiros anos de vida influencia fortemente o desenvolvimento cognitivo). Se possível devem estar integrados em espaços de ocupação/atividades para pessoas da terceira idade pois este convívio é muito salutar.
- d) Equipamento urbano, como local de paragem e descanso apropriados (com sombras, atendendo às ondas de calor que se perspetivam), instalações sanitárias públicas e bebedouros/dispensadores de água potável.
- e) Adequada iluminação pública nas zonas de peões.
- f) Medidas que facilitem a deslocação de pessoas com mobilidade condicionada.
- g) Ciclovias seguras, mesmo de ligação entre localidades.
- h) Circuitos pedonais e de ligação entre as diferentes zonas de intervenção, que permitam a deslocação a pé ou de bicicleta em condições de segurança e conforto, em detrimento de transporte poluidor do ambiente.

4.2.7 Espaços Construídos

- a) Garantia do cumprimento das normas de construção antissísmica nas novas áreas urbanas a edificar.
- b) Ter em conta o indicado na Ficha Técnica 2.6 - “Problemas sociais na habitação”, uma vez que são importantes os espaços de vizinhança que fazem a transição entre os espaços privados das habitações e o vasto e anónimo espaço público. Estas vizinhanças devem associar pessoas de diversos grupos sociais, devem ter alguma vida urbana e devem ser agradáveis, estimulantes do convívio espontâneo, bem identificáveis, acessíveis a pé e em transporte público e amigas dos habitantes que mais carecem de proteção - as crianças e os idosos - através de condições específicas de segurança, acessibilidade, funcionalidade e conforto.
- c) Ter em conta o indicado nas Fichas Técnicas 3.1 - “Construção sustentável. Enquadramento” e 3.2 - “Construção sustentável. Materiais de Construção”. Assim, deve ser promovido um ambiente seguro e saudável no interior das habitações, através da construção sustentável. Tal como deve ser feita a análise do ciclo de vida de um empreendimento em sentido amplo, pois permite determinar quais as melhores soluções do ponto de vista ambiental e económico, uma vez que tem em consideração os efeitos que o empreendimento irá ter, durante todo o seu ciclo de vida, sobre o uso sustentável de todos os recursos utilizados (materiais, energia e água).
- d) Garantia de medidas que tenham em conta o crescente envelhecimento da população e o aumento da população idosa, com idades cada vez mais avançadas, e as carências do Concelho no que respeita a esta situação.
- e) Criação de medidas que garantam que as atividades (indústrias, oficinas, armazéns, logística, serviços e outros usos compatíveis) a instalar em zonas residenciais, que garantam não incomodidade às habitações, no que diz respeito a ruído, efluentes gasosos, fumos, cheiros ou resíduos.
- f) Fomentar a instalação de jardins verticais (“paredes verdes”), “jardins suspensos” e jardins na cobertura de edifícios.

4.2.8 Vetores Transmissores de Doença

Garantia de que todas as linhas de água, onde haja intervenção, não disponham de taludes revestidos com plantas que possam contactar com a água, pois estarão a ser criadas as condições propícias para a existência de criadouros de vetores transmissores de doença, como mosquitos.

Nota: Sugere-se que seja criado um artigo no Regulamento do PDMA que refira “Os projetos de arquitetura e de especialidade (tratamento da água) de todas as piscinas de utilização pública carecem de parecer dos Serviços de Saúde Pública”, pois numa fase de projeto é muito fácil corrigir deficiências que podem vir mais tarde não garantir água de qualidade, com a interdição de funcionamento por parte da Autoridade de Saúde.

Setúbal, 27 de março de 2023



Sónia Caeiro
Assistente de Engenharia Sanitária